

# Participação feminina no Congresso Pedagógico do Pará (1900-1901)

Female participation in the Pedagogical Congress of Pará (1900-1901)

Participación femenina en el Congreso Pedagógico de Pará (1900-1901)

 ANA PAULA CUNHA DE SOUSA\*

Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

 ALBERTO DAMASCENO\*\*

Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

 MONIKA DE AZEVEDO RESCHKE\*\*\*

Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

 VÍVIAN DA SILVA LOBATO\*\*\*\*

Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba-PA, Brasil.

**RESUMO:** Este artigo discute a atuação da mulher na educação paraense no período de 1900 a 1901, com foco em sua participação no Congresso Pedagógico do Pará. Nosso objetivo geral é investigar a participação feminina no meio educacional paraense a partir da análise das atas do Congresso Pedagógico, em pesquisa documental que permite perceber como essa presença e a atuação no evento levantaram debates a respeito de educação feminina, escolha dos livros didáticos e entrega de prêmios nas escolas, além de possibilitarem contato com suas ideias para o ensino paraense. Concluímos que se faz necessário

---

\* Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará. *E-mail:* <sousa.cunha.ana@gmail.com>.

\*\* Doutor em Educação. Professor no Departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica e do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia da Universidade Federal do Pará. *E-mail:* <albertofdamasceno59@gmail.com>.

\*\*\* Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia da Universidade Federal do Pará. *E-mail:* <reschke.monik@gmail.com>.

\*\*\*\*Doutora em Educação e professora da Universidade Federal do Pará. *E-mail:* <vivianlobato@ufpa.br>.

o aprofundamento nos estudos voltados à história das mulheres com o intuito de desvelar seus feitos, que por muito tempo se mantiveram silenciados e esquecidos pela sociedade.

*Palavras-chave:* Educação. Ensino. Políticas educacionais.

**ABSTRACT:** This article discusses the participation of women in education in Pará from 1900 to 1901 focusing on their presence in the Pedagogical Congress of Pará. Our general objective is to investigate female participation in the educational environment of Pará based on the analysis of the minutes of the congress. This documentary research allows us to perceive how their presence and participation in the event raised debates about women's education, choice of textbooks and award giving in schools in addition to allowing contact with their ideas for education in Pará. We conclude that it is necessary to deepen studies focused on women's history in order to unveil their achievements, which have remained silenced and forgotten by society for a long time.

*Keywords:* Education. Teaching. Educational policies.

**RESUMEN:** Este artículo analiza la actuación de la mujer en la educación en Pará entre 1900 y 1901, centrándose en su participación en el Congreso Pedagógico de Pará. Nuestro objetivo general es investigar la participación femenina en el ambiente educativo de Pará a partir del análisis de las actas del Congreso Pedagógico, en una investigación documental que nos permita percibir cómo esa presencia y actuación en el evento suscitó debates sobre la educación femenina, la elección de libros de texto y entrega de premios en las escuelas, además de permitir el contacto con sus ideas para la educación en Pará. Concluimos que es necesario profundizar los estudios centrados en la historia de las mujeres para develar sus logros, que por mucho tiempo permanecieron silenciados y olvidados por la sociedad.

*Palabras clave:* Educación. Docencia. Políticas educacionales.

## Introdução

**E**ste artigo discute a atuação da mulher na educação paraense no período de 1900 a 1901, tendo como objeto de estudo sua participação no Congresso Pedagógico do Pará. O referido Congresso foi instituído pelo Decreto n. 874, de 11 de julho de 1900, cujo artigo 1º estabelecia que naquele momento estava “instituído n’este Estado um Congresso Pedagógico Paraense, destinado ao desenvolvimento do ensino público” (PARÁ, 1900, p. 555). Dessa forma, o Congresso Pedagógico tinha interesse em discutir ideias voltadas à educação paraense no início da Primeira República, período em que ocorreram consideráveis mudanças no âmbito econômico, político, social e educacional, especialmente em razão do crescimento da economia do látex, então encontrado em abundância na Amazônia. A urbanização promovida no estado do Pará pela exportação da borracha colaborou nas transformações sociais, inclusive com o crescimento e o embelezamento urbanos, bem como com a proliferação de novos ideais políticos e educacionais.

Neste estudo fazemos uma breve sondagem da história das mulheres em face de seu reconhecimento na construção da história, pois, como expressa Irene Vaquinhas, “a história das mulheres trouxe para a disciplina histórica novos temas de investigação, novos conceitos e horizontes de estudo que, ajudando a preencher vazios historiográficos, têm contribuído para reequacionar parâmetros interpretativos” (VAQUINHAS, 2002, p. 201). Já segundo Losandro Tedeschi, “se o silêncio apareceu na história como um atributo feminino, que constituía parte do suposto mistério constitutivo da mulher [...] é preciso rever seu lugar e pensar os espaços do silêncio no qual as mulheres foram ‘confinadas’” (TEDESCHI, 2016, p. 154).

Nosso objetivo é investigar essa participação das mulheres no meio educacional paraense a partir da análise das atas do Congresso Pedagógico do Pará. Para alcançá-lo, delineamos objetivos específicos, como entender a dinâmica do Congresso em meio aos ideais republicanos e conhecer as ideias defendidas pelas mulheres no referido evento. Assim, buscamos responder às seguintes questões: quem foram as mulheres participantes do Congresso Pedagógico? Como se deu a participação delas nessas reuniões? Que ideias defendiam nesses encontros?

Para isso, realizamos uma pesquisa documental e uma análise dos documentos referentes ao Congresso Pedagógico. No primeiro momento, em junho de 2021, fizemos o levantamento de produções no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, utilizando as palavras-chave Congresso Pedagógico do Pará, educação e Primeira República. Em seguida, foram aplicados alguns elementos de filtragem, como a opção por produções das grandes áreas de Ciências Humanas e Educação, assim como optamos por trabalhos produzidos a partir do ano de 2016 até 2020, pois entendemos que apresentam conteúdos mais atualizados. Após

a filtragem, identificamos, sobretudo, o trabalho de Everton Barbosa (2016) como aquele que trata da situação das mulheres em um contexto de poucas oportunidades para elas.

Além dessa plataforma, fizemos buscas nas revistas *História da Educação* (ASPHE-UFPEL) e na *Revista HISTEDBR On-line* (UNICAMP); a procura foi realizada em agosto de 2021, utilizando os seguintes descritores: Participação Feminina, Primeira República e Educação. Nesse levantamento, encontramos quatro trabalhos com conteúdo semelhante ao do nosso tema, com informações que colaboraram para a construção do nosso objeto – o de Lia Fialho e Évila de Sá (2018) a respeito da trajetória de Henriqueta Galeno, além dos estudos de autores como Vaquinhas (2002) e Tedeschi (2016).

Os trabalhos foram escolhidos a partir do foco na educação feminina durante o período estudado, ocasião na qual encontramos teses e dissertações, assim como revistas da área da História da Educação com proximidade em relação ao nosso objeto de investigação. Com base nesses referenciais, analisamos o Regimento do Congresso Pedagógico e as atas das sessões, sendo duas preparatórias, uma de instalação, 20 ordinárias e uma de encerramento, de modo a entendermos o funcionamento, o direcionamento e o envolvimento da população feminina nessas discussões. Houve um total de 24 atas, exploradas de acordo com seus conteúdos mais descritivos, como a quantidade de mulheres presentes nas sessões ou, ainda, reveladores das falas dos congressistas referentes a essa presença das mulheres, com maior destaque às falas das professoras.

## O Congresso Pedagógico: contextualização

Em 1889, quando a República foi proclamada no Brasil, seus protagonistas visavam a desvinculação absoluta da política do Império, pretendendo deixar para trás os ideais monárquicos, já que para os republicanos, a partir de então, começava uma era de progresso e desenvolvimento. O Brasil criava um projeto de modernidade, e a educação passava a ter um papel importante para a disseminação desses ideais. Nesse contexto, “a escola teve um papel de relevância no projeto de modernidade republicana que buscou a construção da nacionalidade brasileira, o desenvolvimento econômico e social, a ordem e o progresso” (CASTRO, 2009, p. 123).

No entanto, para garantir um povo civilizado e moderno, a educação não poderia permanecer com os mesmos princípios do Império, e ganhava cada vez mais espaço nos discursos governamentais, pois se entendia que, por meio dela, seria possível chegar ao progresso do país. A partir da instauração da República, a transformação da sociedade nacional passou a ter na escola básica um veículo para a “tão desejada ‘reconstrução nacional’, [incorporando] uma função salvacionista, como a única capaz de transformar o homem comum” (DÓREA, 2013, p. 165). Nesse caso, nos deparamos com um cenário de transformações políticas e educacionais em todo o Brasil.

Tendo a educação a tarefa de contribuir na formação de uma nova sociedade, moderna e civilizada, fiel à República, cultivando nos/nas novos/as cidadãos/ãs o amor à pátria, era natural que surgissem novas ideias relacionadas à educação e à pedagogia, provocando novas discussões e possibilidades de ensino. Foi nesse contexto que se deu a criação do Congresso Pedagógico do Pará, regulado por Regimento organizado pelo diretor-geral da Instrução Pública, dr. Virgílio Cardoso de Oliveira<sup>1</sup>, cujo intuito era promover debates sobre como o ensino no estado poderia ser conduzido a fim de melhorar o desempenho dos/das alunos/as, bem como para fortalecer seu vínculo com a pátria. O Regimento foi estruturado em 11 capítulos norteados seu funcionamento, desde a finalidade do Congresso até possíveis reformas do próprio Regimento, assim como organizações de teses para direcionar os debates, de modo a oferecer como um de seus fins a discussão de

teses sobre o ensino público em todas as suas ramificações; de medidas importantes tendentes ao progresso e levantamento da Instrução Pública; de pontos duvidosos ou omissos nas leis que regem o ensino público e sobre o direito do professorado além de medidas proveitosas para o seu bem-estar e proficuidade de sua elevada missão (PARÁ, 1900, p. 555).

No que se refere às teses relacionadas ao ensino, foram organizados 35 eixos temáticos para serem debatidos nas sessões. Entre os assuntos, estavam educação primária; liberdade ou obrigatoriedade do ensino; educação doméstica; educação de meninos e meninas nas mesmas escolas e institutos de ensino primário; a instrução cívica nas escolas primárias; e a formação do professorado.

Em termos de sua estrutura organizativa, o Congresso estava sob a presidência do diretor-geral da Instrução Pública, que coordenava as sessões junto ao vice-presidente e a dois secretários escolhidos em votação na primeira sessão preparatória, em 29 de dezembro de 1900. Estavam presentes nessa sessão 26 congressistas: Maria Stellina Valmont, Sofia Muller, Ursulina Silva, Adelzira Pinheiro, Rosa Costa, Gemina Pinto, Virginia Faria, Maria Martins Sarmanho, Luiz Libutti, Ernesto Matoso, Hilario Sant'Ana, Henrique Santa Rosa, Jesus Brito, Manoel Pereira de Carvalho, Antonio Macedo, Estanislau de Vasconcellos, Americo Campos, Raymundo Viana, Alves Monteiro, Victor Maria da Silva, Cantidio Guimarães, Virgínio Santa Rosa, padre Frederico Costa, Cantidiano Nunes, Franco de Sá e Manoel Moraes.

Após a eleição da mesa, o mais votado ficou como vice-presidente e os dois segundos mais votados como primeiro e segundo secretários; já os demais ficaram como suplentes. Nessa eleição, três mulheres se candidataram, porém, sem alcançar a quantidade suficiente de votos: Maria Stellina Valmont, com seis votos; Gemina Pinto, com dois votos; e Sophia Muller, com um voto. A ausência de uma mulher eleita para a mesa do Congresso Pedagógico Paraense pode estar relacionada ao quantitativo pequeno de mulheres participantes no evento, visto que, no dia da votação, entre os/as 26 congressistas, apenas oito eram do gênero feminino.

Foram realizadas duas sessões preparatórias para organizar as 20 sessões ordinárias. Nessas reuniões, foram decididos alguns pontos importantes para o prosseguimento do evento, como a aprovação de comissões e seus/suas relatores/as. Ao todo, foram 20 comissões, sendo que seis delas abrigaram as professoras: Ensino primário, Ensino técnico, Ensino cívico e moral, Pedagogia e legislação do ensino, Leitura e escrita, Redação.

Tendo em vista a maioria de congressistas homens e levando em consideração o contexto em que o Congresso ocorreu, não podemos menosprezar o fato de haver mulheres participando das discussões educacionais organizadas pelo governo do estado. Mesmo que em número reduzido e com liberdade limitada, é importante reconhecer a atuação dessas professoras nesses espaços, pois “as mulheres não foram meras vítimas passivas na história, mas sim sujeitos ativos e capazes de promover mudanças no contexto pessoal e no próprio contexto político, econômico, social e cultural” (FIALHO & SÁ, 2018, p. 175). O próprio presidente do Congresso, Virgílio de Oliveira, mencionou em discussão na primeira sessão ordinária que:

É uma realidade lastimável, efetivamente, meus senhores, que a nossa Escola forneça a muitos anos, ao magistério primário paraense, professores em uma proporção quase nula comparada com a das senhoras [...]. O ano passado, por exemplo, em uma turma de 16 diplomandos, contou-se um representante do sexo forte, e na d'este anno, constando de 36, ajuntam-se apenas dois (PARÁ, 1901a, p. 243).

Apesar de considerar os homens como ‘sexo forte’ – o que sugere a ideia oposta de que as mulheres seriam o ‘sexo frágil’<sup>2</sup> –, o pronunciamento do presidente se referia à maior quantidade de mulheres em formação para o magistério, ocupando uma das poucas profissões nas quais poderiam atuar na época. Ademais, aquela era uma opção de mão de obra barata para o estado, já que as mulheres não precisavam ganhar o mesmo salário que os homens, por serem eles considerados os provedores das famílias, na condição de pai ou marido (FIALHO & SÁ, 2018). Em seu discurso, o presidente também destacou a importância da mulher no meio educacional ao admitir que não seria um “antagonista da mulher diante da instrução do povo [...] Para mim, a mulher é um elemento poderosíssimo” (PARÁ, 1901a, p. 244). Justificou seu pronunciamento afirmando que o homem como professor era importante nas escolas do interior, já que seriam mais livres, propensos a resolver problemas e a vencer as dificuldades enfrentadas fora da capital.

Podemos perceber a concepção da limitação feminina nos espaços sociais, dado que a mulher não tinha a mesma liberdade que o homem, principalmente no que se referisse a viagens de trabalho. Essas eram algumas das contradições vivenciadas pela população feminina, pois mesmo que seu trabalho e seu empenho fossem significativos na área da educação, não eram valorizados como essenciais para a sociedade. Outro contraste importante a ser destacado é o fato de existirem mais mulheres do que homens sendo formados na área do magistério. No entanto, num evento com o intuito de discutir os

rumos da educação no estado, como ocorreu no Congresso Pedagógico paraense, o que se percebe é uma escassa participação dessas mulheres.

### **A participação das mulheres no Congresso Pedagógico do Pará**

O Congresso Pedagógico possibilitou debates importantes para o período, permitindo perceber traços da concepção e das projeções para a educação que se desejava no Pará. Muitas propostas foram apresentadas, abordando vencimentos de professores/as da capital e do interior, educação doméstica, inspeção escolar, entre outros, sendo que nessas discussões, as mulheres se fizeram presentes e deram suas contribuições. Entretanto, para entendermos o peso de sua participação no evento, não podemos deixar de enfatizar que era incomum a presença feminina em discussões políticas e em qualquer outra que envolvesse tomada de decisões. Por isso, as fontes levantadas se tornaram essenciais para este trabalho, visto que a narrativa histórica tradicional confere pouca visibilidade às mulheres, tendendo a privilegiar a ‘cena pública’, na qual elas tinham pouca participação (PERROT, 2005, p. 33).

Desse modo, as atas do Congresso permitem vislumbrar informações importantes a respeito do pensamento da época e o próprio pensamento das mulheres participantes sobre a educação, assim como a visão dos homens sobre essas mulheres em uma oportunidade de expressão tão rara para a época.

Exemplo disso é o pronunciamento de Antonio de Carvalho, que ao se referir à participação das professoras na assembleia, destacou a natureza ‘emancipatória’ do Congresso:

E apresento os meus respeitos, não só aos meus colegas, como também às exmas. professoras que ocupam distinto lugar nesta casa, folgando em poder afirmar neste Congresso que é grande e sincero o meu entusiasmo ao dirigir esta saudação às distintas professoras que aqui se acham, porque, adepto, como sou, da emancipação paulatino e razoável da mulher, entendo, meus srs., julgo que o Estado do Pará deu um grande passo chamando-as a tomar assento numa assembleia illustre como esta, principalmente por ser o primeiro, entre os demais Estados da União Brasileira, que as acolhe no seio de uma assembleia de tão alta categoria, e na qual o voto consciencioso da mulher mostrará que estamos preparados para levar a efeito todas as conquistas da liberdade (PARÁ, 1901b, p. 311).

Essa passagem demonstra o quão significativo foi a frequência das mulheres nas sessões do Congresso. Todavia, não podemos deixar de salientar que estão expressos na fala do congressista sentimentos de cautela quanto ao envolvimento delas em decisões e discussões públicas – que, para ele, deveria ser ‘paulatino’ e ‘razoável’. Não era esperado que as mulheres tomassem a frente em discussões importantes sem serem questionadas ou avaliadas por membros superiores. No entanto, não eram só os homens que pensavam assim, pois as próprias congressistas adotaram o pensamento de que precisavam conter-se em seus anseios, o que será demonstrado na fala de uma congressista exposta mais adiante.

Como já mencionado, o Congresso se estruturou em 20 comissões, dentre as quais seis eram integradas por mulheres: a 1ª comissão – Ensino Primário, que contou com a participação de Virgínia Faria, Maria Sarmanho e mais um congressista; 4ª comissão – Ensino Técnico, na qual participaram Sophia Muller e mais dois congressistas; 5ª comissão – Ensino cívico e moral, integrada por Maria Valmont e dois congressistas; 9ª comissão – Pedagogia e legislação do ensino, com Maria Guajarina de Lemos e outros dois congressistas; 13ª comissão – Leitura e escrita, na qual atuaram Gemina Pinto, Rosa Costa e Georgina Martins; e a 20ª comissão – Redação, que contou com a participação de Ursulina Faria e outros dois congressistas. As demais comissões foram compostas apenas por homens. Como pode ser observado, apenas a 13ª comissão foi composta totalmente por mulheres, enquanto a 1ª tinha maioria feminina e as demais tinham a presença de uma mulher em um colegiado, ainda que a maioria fosse composta por homens. Mesmo em desvantagem quantitativa, essas mulheres contribuíram com suas ideias, formando opiniões junto às comissões das quais faziam parte, argumentando a favor ou contra determinados projetos, além de apresentar teses a serem votadas e aprovadas pelas comissões e em plenário.

A primeira fala feminina registrada nas atas do Congresso aconteceu na sessão solene de instalação, proferida pela professora Aldezira Pinheiro, que felicitou os/as participantes e agradeceu a suas companheiras de profissão por terem possibilitado sua participação no evento:

Pela segunda vez, a gentileza, a simpatia e a benevolência de minhas colegas, colocaram-me diante de tão distinto quão selecto auditório: a primeira, como intérprete da illustre colectividade diplomada no anno de 1897, e hoje para representar o professorado feminino na inauguração do Congresso Pedagógico, esta bela e proveitosa instituição criada pelo Director Geral da Instrucção Publica, o sr. dr. Virgilio Cardoso d'Oliveira. [...] Sou, pois, do número daqueles que pensam ser o Congresso Pedagógico mais um engrandecimento que o Pará alcança no ramo da instrucção publica; por isso, vehemente satisfeita, eu, em nome do professorado feminino me congratulo com o Diretor Geral da Instrucção Publica; dr. Virgilio Cardoso d'Oliveira, pela criação e inauguração do Congresso Pedagógico, para cujos salutarens fins empenhamos também todos os nossos esforços, toda a nossa dedicação visando apenas, como única e valiosa recompensa, a lembrança de termos trabalhado pela grande causa da instrucção (PARÁ, 1901a, p. 237).

Adelzira Pinheiro asseverou sua liderança junto ao professorado, manifestou seu reconhecimento pela causa do Congresso e a satisfação por integrá-lo. É notável o sentimento de pertencimento à classe de profissionais mulheres, dando ênfase à representação do professorado feminino do estado. Na mesma sessão, Sophia Muller, representando o magistério primário particular, fez seu agradecimento pela participação no Congresso, confirmando a grandiosidade do evento e se colocando à disposição para a realização dos trabalhos a serem desenvolvidos:

Em nome do magistério primário particular d'esta capital venho apresentar-vos os meus respeitos, congratulando-me com o meu Estado natal pela grandiosa ideia que teve o ilustrado sr.- dr. Diretor Geral da Instrução Pública em criar no Pará um Congresso Pedagógico, composto de membros conspícuos e distintos.

Não será por certo necessário encarecer o valor de tal instituição, de cujos trabalhos tão profícuos resultados devemos esperar em prol da pedagogia paraense e da instrução pública em nossa terra. É preciso, porém, que todos trabalhem para conseguir esse fim.

Vamos, pois, trabalhar nesse sentido; sejamos os verdadeiros apóstolos da nossa missão, consolando-nos por não termos sido inúteis na sociedade brasileira (PARÁ, 1901a, p. 240).

A fala de Muller, professora do ensino primário particular, expressa agradecimentos e também apreciação e parabenização pela criação do Congresso Pedagógico no estado, o qual aglutinou em seus debates profissionais responsáveis e competentes, razão pela qual esperava-se que tais encontros rendessem bons resultados para o ensino do Pará. Além do mais, é notória em seu discurso a relação do trabalho do/da professor/a com a religiosidade, quando ela afirma "sejamos os verdadeiros apóstolos da nossa missão" (PARÁ, 1901a, p. 240). Nesse sentido, o/a professor/a teria a responsabilidade sagrada de educar os/as pequenos/as para a vida em sociedade, pensamento proferido no decorrer das falas dos/das congressistas ao explicarem o trabalho de educadores/as.

Em nome das comissões que integravam, as congressistas pronunciaram-se a respeito de alguns temas, como os pareceres dados pela 1ª comissão (que tratava do ensino primário) aos projetos de Frederico Costa sobre a equiparação de vencimentos de professores/as do interior àqueles de professores/as da capital, e ao projeto de Francisco Campos e Heitor Castello Branco a respeito de material escolar. Ambos os pareceres não foram contrários aos projetos. O primeiro, lido por Virginia Faria, alegou que o projeto de Frederico Costa era alheio às atribuições do Congresso, e o segundo, lido por Aldezia Pinheiro, afirmou que a proposta também não estava nas atribuições do Congresso, justificando que na lei orçamentária do estado haveria verba suficiente para o fornecimento de materiais necessários para o funcionamento das escolas paraenses.

Na 5ª sessão ordinária, a professora Virgínia Faria apresentou mais um parecer da 1ª comissão contrário ao projeto de Raymundo Vianna, o qual versava sobre a criação de edifícios escolares na capital e em algumas cidades do interior, assim como a intenção de que cada grupo escolar contasse com, no mínimo, oito professores/as. Outro parecer apresentado pela mesma comissão, feito pela professora Maria Sarmanho, foi contrário ao projeto de Inácio Moura sobre a obrigatoriedade do ensino primário, alegando que nada deveria mudar a respeito desse assunto.

Como observamos, os pareceres apresentados pela 1ª comissão até então foram negativos aos projetos, o que gerou alguns debates a respeito dessas decisões. Destacamos

que os posicionamentos da comissão levaram em consideração apenas a análise das duas professoras presentes nas sessões, sendo que o terceiro integrante da comissão, Bertoldo Nunes, esteve ausente nas primeiras reuniões. Quando retornou aos encontros, o congressista colocou-se contra as decisões das colegas, dando outro parecer sobre os projetos apresentados e descredibilizando em parte a voz das congressistas, que já tinham concluído a apreciação da 1ª comissão.

Alguns debates gerados pelas decisões das congressistas diziam respeito à própria participação delas nas discussões. Foi o que ocorreu com Frederico Costa, insatisfeito com o parecer negativo ao seu projeto de equiparação dos vencimentos de professores/as do interior e da capital. Nesse caso, Virgínia Faria pronunciou-se dizendo: “A comissão mantém o parecer em sua plenitude” (PARÁ, 1901b, p. 379). Observa-se firmeza em sua declaração, não deixando suas decisões serem influenciadas pelos argumentos de outros membros da sessão. Também sobre a rejeição ao projeto de Frederico Costa, o congressista Inácio Moura se pronunciou:

- Sr. presidente, em primeiro lugar desejava que tivessem o máximo respeito e consideração para com as nossas ilustres colegas, que nos deram a honra de ao nosso lado vir ocupar alguns dos lugares d'este Congresso, sobretudo porque é esta a primeira vez que em nossa terra as senhoras tomam parte em comícios, em assembleias científicas. Por consequência, qualquer palavra que ofenda, que melindre a susceptibilidade das senhoras aqui presentes, deve ser imediatamente repelida (PARÁ, 1901b, p. 383).

O congressista identificou uma tentativa de deslegitimar a decisão da comissão e, entendendo que o parecer fora redigido somente por mulheres, pediu respeito à participação das colegas e também a suas decisões no Congresso. Ao mesmo tempo em que chamou a atenção para a invalidação do pronunciamento das professoras, Moura evidenciou a mulher enquanto ser frágil e que se afligiria facilmente por comentários discordantes de suas ideias. No entanto, quando a professora Virgínia Faria afirmou que a comissão manteria o parecer, ela o fez pondo fim à discussão.

Na 9ª sessão ordinária, Virgínia Faria apresentou o 1º projeto de uma mulher no Congresso, tratando da educação doméstica, tema muito valorizado à época. Separamos seu discurso em 6 partes, listadas em ordem de pronunciamento, para podermos analisá-lo mais especificamente.

Concordando com a opinião do referido autor, nivelo a mulher nobre à mulher plebéia, desde que esta se eleve pela sua ilustração intelectual às altas regiões ocupadas por aquela, que já é rodeada de distinções sociais desde o seu nascimento.

Há quem pense que se deve educar a mulher unicamente para o meio em que vive. Não será absurdo este princípio?

A nós, principalmente, republicanos de coração, não cabe o menor desejo de distinguir a mulher aristocrata da mulher plebéia educada. Ambas podem conquistar os mesmos lugares, aplicando-se com tenacidade ao estudo útil e proveitoso, que as

conduzirá ao alto prestígio de que esperam ver-se cercadas na sua nobilitante carreira de mulheres instruídas.

[...] Pertencço a uma classe da sociedade, que conserva os honrosos pergaminhos de nobreza legados pelos seus antepassados, porém que, democrata, despreza os títulos nobiliárquicos, hoje, aliás, sem valor, para só reconhecer a verdadeira nobreza de sentimentos e do saber, aquela que, como já disse, transporta-nos aos mais elevados lugares na senda da civilização e do progresso.

Sou daqueles que desejam ver a mulher educada e instruída para o lar doméstico (PARÁ, 1901c, p. 465).

A primeira fala da professora se referiu a passagem que o autor Guilherme Bellegarde<sup>3</sup> fez na obra de Felix Ferreira intitulada “Noções da vida doméstica”, que afirmou: “Ou seja, nobre ou plebéia/ À mulher podem caber/ Tanto as rosas da beleza/ Como os louros do saber” (FERREIRA, 1914, p. 9). Ele fazia entender que a mulher poderia não só ter sua vida no âmbito doméstico, mas também ter o conhecimento ampliado para novos horizontes, tendo ela nascido em uma família abastada ou com poucos recursos. A professora concordava com o autor e defendia que a mulher que nascesse com menos recursos poderia chegar no mesmo lugar que a mulher nascida de família nobre se tivesse uma instrução e se dedicasse ao que ela chamou “estudo útil e proveitoso”.

Nessa fala, percebe-se que Virgínia Faria não levou em consideração as oportunidades que se apresentariam diferentemente para ambas, já que as famílias com recursos tinham acesso ao melhor ensino, enquanto as mulheres de famílias desvalidas muitas vezes tinham de se dedicar desde cedo a ajudar no sustento. Ela também chamou a atenção para a ideia, da qual discordava, de que a mulher deveria ser educada unicamente para o meio em que vivesse, pois, a seu ver, a mulher poderia conquistar outros lugares, desde que sua instrução fosse frutuosa. Também defendeu a educação como veículo para se chegar ao progresso, ainda que manifestasse o desejo pelo ensino da mulher para gerir o lar.

E como deve ser encarada a educação doméstica? Trivial como a que observamos geralmente? Neste ponto ainda pouco temos avançado.

[...] menina que pertence à classe mais abastada da sociedade, depois de concluir o curso primário, vai continuar os seus estudos na Europa, onde é provável que a sua educação alcance os melhores resultados.

Na classe média, a menina do mesmo modo faz a sua aprendizagem primária, concluída a qual matricula-se na Escola Normal, onde estuda 4 longos anos, sem se ocupar em casa de outra coisa que não sejam os seus livros, até que diplomada, segue imediatamente a carreira do magistério, quasi sempre sem a menor noção da vida doméstica.

[...] na classe menos favorecida da sorte é menos notável o prejuízo, porque, pela necessidade, as meninas aprendem praticamente certos trabalhos importantes à vida, mas sem método, sem direção, o que acarreta sérias desvantagens próprias de um serviço mal organizado” (PARÁ, 1901c, p. 466).

Nesse ponto do discurso, a professora questionava a percepção da educação doméstica como algo de pouca utilidade para as mulheres em sua vida real, afirmando que a modalidade não avançava, mantendo-se estagnada com o passar do tempo; além disso, criticou o fato de as utilidades domésticas não serem valorizadas no ensino das meninas. Numa comparação entre classes sociais, explicitou que as pertencentes à classe mais abastada tinham seu ensino continuado na Europa, tendo assim mais oportunidades e conhecimentos, diferentemente das meninas da classe média que, ao terminarem o ensino primário, geralmente ingressavam na Escola Normal por 4 anos para obter sua formação, tornando-se professoras. E que tais possibilidades se distanciavam da realidade das meninas de classes menos favorecidas, que ainda muito jovens precisavam enfrentar a dura realidade de uma sociedade desigual, tendo que prestar serviços domésticos para outras famílias, como lavadeiras, costureiras, criadas nas casas de famílias mais ricas, não tendo oportunidade de uma educação de qualidade.

Essa comparação entre as mulheres de diferentes classes evidenciava a desigualdade da educação e de condições de vida, distanciando-as de um objetivo comum, como a luta por direitos enquanto grupo. O discurso de Virgínia Faria defendia uma educação que priorizasse os conhecimentos domésticos, contribuindo para reforçar a situação histórica em que as tarefas da casa eram entendidas como responsabilidade exclusiva da mulher, afastando o homem de qualquer obrigação a respeito do assunto.

Assim, pois, a mulher casada dispõe de fortuna, sendo instruída, tem a seu alcance o meio de proteger os fracos, de favorecer os infelizes da sorte, promovendo os meios para a manutenção de um certo número de crianças, em todos os atos da vida doméstica, principalmente se a natureza privou-a do incomparável dom da maternidade.

À mulher da classe média cabe muito de perto as mesmas considerações.

Se ela alcançou um casamento em boas condições, tendo ao seu dispôr todos os meios de viver feliz, não o será certamente, se não souber dirigir com arte o seu lar. Compenetrada do importante papel de mãe de família, deve ter a capacidade necessária para arrostar com os inúmeros encargos que lhe são confiados, pelo que deve ser: econômica, modesta, asseada, bondosa, cuidadosa, afável com os que a cercam (sem transigir com os seus deveres), previdentes, sabendo os principais preceitos higienicos e, sobretudo, deve ser o anjo bom do lar, a companheira terna e dedicada que cada dia prende à sua casa, com uma novidade atraente, o seu marido (PARÁ, 1901c, p. 466-467).

Na manifestação da congressista, nota-se que mais uma vez ela dividia as mulheres em classes sociais, destacando suas obrigações no lar e na sociedade. Nesse sentido, a mulher de classe social mais favorável, que tivesse um casamento vantajoso e possuísse uma boa instrução, tinha o papel de ‘fazer boas ações’ em relação aos/as menos favorecidos/as, sendo descrita como um ser sensível e suscetível a ajudar os/as mais necessitados/as. Essa situação pode ser mais perceptível quando observadas as palavras da professora:

“se a natureza privou-a do incomparável dom da maternidade”. Isto é, a maternidade aqui era vista como um dom que a mulher carregaria em sua natureza e, se não o tivesse, precisaria preenchê-lo com algo que enaltecesse sua nobreza enquanto mulher – nesse caso, acolher de alguma forma os/as mais pobres.

Já a mulher de classe média que tivesse um bom matrimônio não poderia ser bem-sucedida em seu casamento se não tivesse conhecimentos para gerir seu lar, de modo que só poderia ser feliz em sua união se conseguisse organizar as tarefas domésticas com êxito. A professora citou algumas qualidades que essa mulher de família deveria ter: precisava ser “econômica, modesta, asseada, bondosa, cuidadosa, afável com os que a cercam”, características que revelavam o perfil de ‘mulher ideal’ para Virginia Faria.

A mulher deve, por uma sábia direcção, fazer da sua casa um santuário abençoado e invejável; solicita e desvelada na criação e educação de seus filhos, deve dar-lhes o exemplo da economia e da ordem, gerindo os seus negócios de acordo com os rendimentos de que póde dispor, sem fazer despesas supérfluas, sendo pontual nos salários de seus criados, pouco vaidosa em seus adornos; deve saber estar sem constrangimento afetação ou vaidade, na sala, na varanda, no jardim, na cozinha, inspecionando os serviços dos fâmulos, substituindo-os em qualquer ocasiã que se torne mister, sabendo os preços das mercadorias para não ser lesada, tratando do arranjo da roupa, dando enfim um lugar a cada coisa e tendo cada coisa em seu lugar. É preciso que ela compreenda a palavra -economia- em todo o sentido absoluto, para que não confunda a verdadeira economia, que é uma virtude, com a usura, a sordidez, a avareza.

Se, porém, a mulher não conseguir o casamento abastado, ver-se-á na contingência de ajudar o marido em qualquer ramo de serviço, de acordo com as suas forças e aptidões, para o que deve estar habilmente preparada.

E se acontecer que a fatalidade a fira cruelmente arrancando-lhe dos braços o seu arrimo, deixando-a sem meios de subsistência, rodeada de filhos que não a podem ajudar? Nesse caso é nobilitante, é heróico o valor da mulher-mãe, que adquire por seus esforços a manutenção da prole idolatrada. E estarão todas as senhoras neste caso? Sim, podem responder-me, porque todas vivem; mas o que se pode evitar com uma educação bem proporcionada, são essas inumeráveis escolhas em que muitos naufragam por falta de meios (PARÁ, 1901c, p. 467-468).

Nessa passagem, é possível perceber a visão a respeito dos deveres da mulher, voltados para o cuidado da família e do lar. A ela caberia a responsabilidade de educar os/as filhos/as e manter a ordem da casa, além de estar sempre bem apresentável, sem exageros, sabendo administrar os recursos da casa – motivo pelo qual precisaria ter conhecimentos sobre economia doméstica. No entanto, se essa mulher não conseguisse um casamento abastado, caberia a ela ajudar seu cônjuge, devendo ter capacidade para suprir a ausência do marido, caso este viesse a falecer. Segundo Virgínia Faria, uma boa instrução era necessária, pois poderia evitar transtornos e sofrimento à mulher; no entanto, essa educação reivindicada pela professora tinha como foco principal suprir as obrigações domésticas.

A partir dessas falas, percebe-se que há um teor de imposição ao que a mulher deveria ser ou fazer na sociedade, de acordo com sua classe social e com as necessidades que pudessem surgir. Além do mais, eram estipuladas as obrigações das mulheres com a casa, educação de filhos/as, atenção ao marido, controle de empregados/as e dos gastos da família.

Se ela não quiser casar-se, saberá viver em qualquer parte, contribuindo com a sua educação para tornar confortável e alegre a casa em que residir. Muitas vezes não deixará de ser atingida pela crítica e pela censura dos despeitados e mal intencionados; então deve ter a grandeza d'alma, a isenção de ânimo, a sobrançeria precisa, para fitar esses vícios da sociedade como um factor indispensável à vida de quem tem algum valor [...] apelo para a dedicação das minhas distintas colegas à santa causa da instrução, para que não percam nenhuma ocasião de promover no espírito de suas alunas a necessidade d'esse complemento indispensável à sua educação. Sabemos perfeitamente que à mãe de família compete esse ensino; mas desde que somos um povo novo, ainda pouco educado principalmente nas classes pobres que são aquelas com quem quasi sempre convivemos pela nossa nobre missão de preceptoras, a quem se aplicam as palavras de um illustre escriptor: *"a professora é a um tempo mãe, dona de casa e instructora; tríplice missão do maior alcance moral, cujo desempenho é à pedra de toque de todas as virtudes domésticas"* (PARÁ, 1901c, p. 468-469, grifo nosso).

Virginia Faria também abordou a situação em que a mulher escolhesse não se casar, decisão que não era bem aceita no período. Nas suas palavras, nota-se certo acolhimento e respeito por essas mulheres, declarando que deveriam estar preparadas para receber as críticas com inteligência, colocando-se no lugar de valor na sociedade. A professora fez um apelo a suas companheiras de profissão, para que se comprometessem com a educação das meninas, em especial as das classes menos favorecidas, cujas famílias não tivessem instrução. A professora finalizou sua fala com a frase de um autor cujo nome não citou, a respeito do papel da professora na sociedade: *"a professora é a um tempo mãe, dona de casa e instructora; tríplice missão do maior alcance moral, cujo desempenho é a pedra de toque de todas as virtudes domésticas"* (PARÁ, 1901c, p. 468). A elocução indica que a professora tinha o compromisso não só de educar com conteúdos, mas também de instruir as crianças para uma vida fora da escola, assim como cabia a ela todas as atividades domésticas e a educação moral dos/das filhos/as.

A fala e o projeto da professora tiveram uma aceitação muito positiva por parte dos/das demais congressistas. Inácio Moura comentou essa fala, expondo que *"o congresso acaba de ser vivamente impressionado pelas palavras de uma das distintas professoras que dele fazem parte"* (PARÁ, 1901c, p. 469). Com isso, demonstrava seu apoio ao projeto e confirmava a grandiosidade da presença feminina no importante Congresso Pedagógico do estado, chegando a pedir ao presidente que o discurso de Virginia Faria fosse publicado, como podemos observar em seu pronunciamento:

Em nome, pois, do Congresso Pedagógico Paraense felicito a v. exc., minha senhora, pelo brilhante papel que acaba de desempenhar, e a v. exmo, sr presidente, peço que mande publicar nos jornais d'esta capital, e principalmente na revista oficial A Eschola, o discurso que acaba de ser proferido pela nossa ilustre colega (PARÁ, 1901c, p. 469).

Outro projeto apresentado foi o de Rosa Costa, sobre os livros escolares. A professora não se demorou na defesa da proposta, limitando-se a pedir a palavra e a apresentar o projeto, que consistia em 2 artigos:

Art 1. - Que os livros destinados às escolas primárias do Estado fiquem sujeitos apenas a fiscalização do Conselho Superior.

Art. 2. - Que o professor tenha completa liberdade de escolher, dentre os livros que pelo Conselho não forem rejeitados, os que lhe parecerem mais adaptados à capacidade de seus alunos, desde que não se afaste do programma do ensino adoptado (PARÁ, 1901c, p. 503).

Relacionada aos livros usados nas escolas, a proposta da professora Rosa Costa postulava que estes ficassem sujeitos somente à fiscalização do Conselho Superior, que indicaria os mais adequados a serem usados em sala de aula; os/as professores/as teriam liberdade para escolher os que mais favorecessem suas práticas. O projeto recebeu algumas críticas quanto à liberdade que seria dada a professores/as para essa escolha, sendo rejeitado pela 1ª comissão, cuja representação contava com as professoras Maria Sarminho e Virgínia Faria.

Na 13ª sessão ordinária do Congresso, a professora Maria Valmont apresentou um projeto sobre a distribuição de prêmios a alunos/as, com o intuito de estimular seu esforço e dedicação aos estudos. Ela começou sua justificativa expondo que a falta de estímulos e entusiasmo dos/das estudantes diante dos estudos a fez pensar em estratégias para minimizar essa realidade. Em seguida, falou sobre a festa de premiação que vinha propor ao Congresso:

A instituição desta solenidade conseguirá despertar nas crianças verdadeira animação para o trabalho, porque lhes dirá o mestre, descrevendo a beleza e o valor da festa, que só poderão ser premiados aqueles que se distinguiram, durante o ano, por sua perseverança, aplicação, assiduidade e conduta exemplar.

E assim teremos também provocado o interesse, a ambição, sentimento sem o qual seriam estacionárias as sociedades.

O régimen de penas e recompensas, estas principalmente, por mais que clamem os philosophos theorists, deve existir nas escolas, onde será sempre a base primordial do verdadeiro aproveitamento (PARÁ, 1901d, p. 561-562).

Em sua declaração, a professora defendeu um regime de penas e recompensas, no qual estudantes que não alcançassem o nível esperado seriam penalizados/as, de maneira a fazê-los/las refletir e buscar melhores resultados; por outro lado, os/as alunos/as que

se dedicassem e conseguissem obter um bom desempenho seriam recompensados/as, a fim de que buscassem melhorar para serem reconhecidos/as com mais prêmios e servir como exemplo para outros/as educandos/as. A congressista fez um questionamento a respeito dos interesses que levariam as pessoas a realizar alguma atividade em vista de benefícios que pudessem receber.

Quem é que não trabalha por um futuro mais risonho, pelo conseguimento de uma posição mais elevada? Hoje muito se duvida que a creatura cumpra seus deveres tão somente por amor ao próprio dever, pois não é crível haver alguém que se esforce, que trabalhe paciente e perseverantemente satisfeito e feliz, atado a um poste, convicto de que não será outra coisa senão aquilo mesmo que é presente-mente (PARÁ, 1901d, p. 562).

No pronunciamento de Maria Valmont, nota-se que ela abordou novamente os interesses e as ambições pessoais, trazendo uma reflexão sobre os anseios que cada um/uma tem ao realizar suas ações. Em seu discurso, a professora avaliava o individualismo que gerava a disputa entre pessoas por cargos e reconhecimentos. Além disso, duvidava que alguém pudesse realizar seu trabalho apenas por amor, sem pretender ganhar algo em troca – ou seja, não seria coerente pensar que os/as estudantes fizessem suas tarefas escolares só por satisfação, sem obter recompensas por isso. Em outro ponto de sua manifestação, a professora fez uma crítica ao que era corrente no período, sobre pessoas que se dedicavam e cumpriam seus deveres e eram ultrapassadas pelas que não valorizavam o esforço para alcançar os objetivos. Criticando essa prática muito comum na sociedade, ela perguntou:

O cumpridor de seus deveres não se revolta ao ver-se preterido por outros que abandonam, por sua vez, o cumprimento do dever e que sobem não pela porta larga e franca, aberta a golpes de estudo, de mérito próprio, mas pelos caminhos tortuosos do patronato, do empenho, do dinheiro, da adulação? (PARÁ, 1901d, p. 562).

A reflexão demonstra como se concebia a realidade das relações, pois quem obtinha os cargos mais importantes não eram os/as mais esforçados/as, dedicados/as à sua função, e sim os/as que detinham a posse do dinheiro e conheciam pessoas influentes. É evidente em seu discurso a valorização do mérito, por isso, ela via tais ações como uma forma injusta de não valorização do esforço do indivíduo. Além disso, Maria Valmont criticou as punições como única forma de impulsionar os estudos:

Em nossas escolas primárias existem penas, às vezes empregadas largamente, enquanto que as recompensas são dadas com grande parcimônia e parcialidade. Ora isto não sendo a justiça não é também o estímulo. Que se não procure impulsionar o estudo pelo pavor, medida muito celebrada em priscas eras.

E também de bom aviso aproveitar, de acordo com a Intendência, para entoarem hymnos na abertura e encerramento da solenidade em questão, os alunos de canto coral das escolas municipais, os quais terão assim ensejo de exhibir provas dos seus progressos.

São estas, presidente, as considerações que julguei dever fazer justificando o meu projecto, para o qual chamo a atenção da ilustre casa que, porém, não me magoará se o rejeitar sem piedade (PARÁ, 1901d, p. 562-563).

A professora fez suas últimas considerações antes da apresentação de seu projeto dizendo que “não me magoará se o rejeitar sem piedade” (PARÁ, 1901d, p. 562-563). Nesse caso, colocava-se à disposição do Congresso, sem intenção de rediscutir suas ideias caso fossem rejeitadas pela casa – diferentemente de outros congressistas, que insistiam na defesa de seus projetos e demonstravam indignação com a rejeição desses. O projeto apresentado por Maria Valmont contava com quatro artigos:

Art. 1º - Que, como poderoso auxiliar para desenvolver o estímulo, a aplicação dos alunos das escolas públicas do Estado, lhes seja feita anualmente uma solenne distribuição de prêmios.

Art. 2º - Que cada escola tenha apenas direito a três menções honrosas, conferidas com a máxima justiça, aos alunos mais distintos, durante o ano, sendo entretanto facultativa aos professores a entrega de prêmios particulares.

Art. 3º - Que na capital seja feita a distribuição no Theatro da Paz, e nas cidades do interior nas intendências sob a direcção dos respectivos conselhos escolares.

Art. 4º - Que nesta solenidade se faça também a entrega aos possuidores dos diplomas de aprovação de estudos Elementares e primárias (PARÁ, 1901d, p. 563-564).

O projeto sugeria a realização de uma festa para premiar estudantes que se destacassem e propunha que essa manifestação fosse feita anualmente nas escolas públicas do estado (tendo cada escola direito a três menções, de maneira justa), além de dispor sobre os lugares para a realização do evento – na capital, seria realizado no Teatro da Paz; nas cidades do interior, nas intendências. O projeto também preconizava que fossem entregues prêmios aos/às concluintes dos estudos elementares e primários.

Os projetos apresentados pelas mulheres no Congresso Pedagógico do Pará tiveram boa aceitação dos demais congressistas, sendo aprovados e, alguns, aplaudidos e defendidos, como o da professora Virgínia Faria sobre o ensino doméstico. Nesse processo de apresentação e defesa de projetos, conseguimos perceber as ideias e prioridades das professoras a respeito da educação no estado.

## Considerações finais

A participação e a apresentação de projetos por professoras no Congresso Pedagógico do Pará foram de muita relevância para a construção de um caminho no campo educacional, visto que, por meio desse evento, elas puderam se posicionar sobre assuntos

relevantes como educação feminina, livros didáticos e premiação de estudantes, com destaque para o ensino. Pudemos conhecer e analisar seus posicionamentos mediante seus discursos.

No entanto, percebemos a pouca presença desse público e uma possível retração ante a presença de um grande público de homens nas sessões. Constatamos que, do total de 28 projetos apresentados no Congresso, somente três foram propostos por mulheres. Apesar disso, os projetos por elas apresentados trouxeram ponderações significativas para as discussões a respeito da educação no evento. Duas figuras femininas se destacaram em suas colaborações, Virginia Faria e Maria Valmont, devido ao fervor em suas falas, ao conhecimento demonstrado sobre os assuntos abordados, além da participação acentuada nos debates e a firmeza nos pareceres de suas devidas comissões.

Tendo isso em vista, entendemos a significância de apresentar e situar essas falas de mulheres no campo educacional num contexto traçado por desigualdade entre os gêneros. Percebemos também a grandiosidade dos argumentos articulados por elas em uma sala com a maioria de representantes do gênero masculino, ainda que tenham contado com apoio do Congresso para que seus projetos fossem aprovados. Apesar de algumas falas ainda carregarem um olhar tradicionalista a respeito da mulher e sua participação na sociedade, dando-lhe atribuições, impondo regras a serem seguidas, colocando-as em um lugar de cuidado e fragilidade, não podemos deixar de reconhecer a relevância do evento e do envolvimento dessas mulheres professoras em debates referentes a sua profissão.

Por fim, cabe destacar que o tema da participação das mulheres no Congresso Pedagógico do Pará faz-nos refletir sobre a história das mulheres e a pertinência do aprofundamento das pesquisas nesse campo, pois há a necessidade de desvelar a história dessas mulheres que por muito tempo foram silenciadas, mas que, mesmo com grandes limitações, fizeram-se presentes em debates e lutas por direitos para a sua classe.

*Recebido em: 11/10/2022; Aprovado em:26/06/2023.*

## Notas

- 1 Nascido no dia 15 de dezembro de 1868, Virgílio Cardoso estudou Direito na Faculdade de Direito de Recife. Exerceu a advocacia na cidade de Belém, do Pará, onde foi diretor da Instrução Pública e chefe da Secretaria do Interior, Justiça e Viação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2020).
- 2 Trata-se da ação de ver a mulher como ser inferior ao homem, devendo ser, por isso, a ele submissa, enquanto este deveria exercer sua autoridade e ficar à frente das tomadas de decisões referentes ao cotidiano (ALVES, 2018).
- 3 Nascido em 1836, em Cabo Frio (RJ), foi jornalista, teatrólogo, biógrafo, funcionário público da Secretaria de Guerra e também da Secretaria de Agricultura.

## Referências

- ALVES, Janaina Reis. Desconstrução do conceito sexo frágil a exemplo da governança na Península Ibérica. *Veredas da História*, Salvador, v. 11, n. 1, p. 134-154, jul. 2018.
- BARBOSA, Everton Vieira. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na Primeira República. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 90, n. 224, p. 122-148, jan./abr. 2009.
- DÓREA, Célia Rosângela Dantas. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013.
- FERREIRA, Félix. *Noções da vida doméstica, para uso das escolas brasileiras do sexo feminino*. 17 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.
- FIALHO, Lia Machado Fiuza & SÁ, Évila Cristina Vasconcelos de. Educadora Henriqueta Galeno: trajetória de uma literata feminista (1887-1964). *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 169-188, maio/ago. 2018.
- PARÁ. *Decreto n. 874 de 11 de julho de 1900*. Institui nesta Capital um “Congresso Pedagógico” e aprova seu Regimento. Belém: Congresso Legislativo do Pará, 1900.
- PARÁ. Congresso Pedagógico. *A Escola: Revista Oficial de Ensino*, Belém, v. 1, n. 11, p. 217-277, 1901a.
- PARÁ. Congresso Pedagógico. *A Escola: Revista Oficial de Ensino*, Belém, v. 1, n. 12, p. 309-430, 1901b.
- PARÁ. Congresso Pedagógico. *A Escola: Revista Oficial de Ensino*, Belém, v. 2, n. 13, p. 454-529, 1901c.
- PARÁ. Congresso Pedagógico. *A Escola: Revista Oficial de Ensino*, Belém, v. 2, n. 14, p. 558-639, 1901d.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*, Dourados, v. 10, n. 21, p. 153-164, jan./jun. 2016.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Ciências Jurídicas. Virgílio Cardoso de Oliveira – Conhecido no mundo jurídico e literário. In: *Universidade Federal de Pernambuco*. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3kz9e7nu>>. Acesso em: 20 out. 2022.
- VAQUINHAS, Irene. Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, série 3, v. 3, p. 201-221, 2002.